



7 • Correio Braziliense — Brasília, sexta-feira, 17 de novembro de 2023

Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na quarta-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na quarta-feira	Últimos	Comercial, venda na quarta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
1,2% São Paulo	120.568	R\$ 4,870 (+ 0,17%)	9/novembro 4,940 10/novembro 4,914 13/novembro 4,908 14/novembro 4,862	R\$ 1.320	12,15%	12,02%	Junho/2023 -0,8 Julho/2023 0,12 Agosto/2023 0,23 Setembro/2023 0,26 Outubro/2023 0,24
0,13% Nova York	10/11 13/11 14/11 16/11						

## FUNCIONALISMO

# Governo acena com reajuste a servidores

Ministério da Gestão promete apresentar proposta até 15 de dezembro, mas sindicalistas veem afirmação com desconfiança

» VICTOR CORREIA

O Ministério da Gestão e Inovação prometeu, ontem, durante reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), apresentar até 15 de dezembro uma proposta aos servidores federais, tanto no âmbito de benefícios, quanto de reajuste salarial em 2024. Na reunião, convocada em meio à pressão crescente do funcionalismo por correção de salários, o governo não falou em números. As reivindicações do funcionalismo vem sendo feitas desde a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro, mas, com recursos limitados para atender às demandas, o Executivo está buscando fontes de recursos para oferecer o reajuste.

Segundo dois participantes do encontro, além da proposta salarial, o ministério deve avançar em ações sem impacto remuneratório. Uma das decisões tomadas foi a de modificar a Instrução Normativa 54/2021, emitida durante a pandemia, que trata da identificação de servidores em greve e do corte de ponto daqueles que interrompem as atividades. Segundo os sindicalistas ouvidos pelo *Correio*, quem informou sobre a proposta foi o secretário de Relações do Trabalho, José Lopes Feijóo.

Para o secretário-geral da Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Sergio Ronaldo, a reunião de ontem foi frustrante, devido à ausência de uma proposta concreta. Entretanto, ele avalia que há a possibilidade de o governo encontrar uma alternativa para fazer uma oferta em dezembro. "Queremos que algo aconteça, pois estamos precisando



Servidores da PF protestam em frente à sede da corporação, em Brasília. Houve manifestações também nas capitais dos 26 estados

de uma resposta", pontuou. "Vamos depositar nossa confiança nisso. O governo disse que a área econômica trabalha para conseguir recursos, mas que isso depende do crescimento da economia. Eles têm confiança nesse crescimento, mas compreendemos que, neste momento, é crucial exercer pressão, inclusive sobre o Congresso, para garantir que os servidores sejam contemplados no orçamento de 2024",

acrescentou Sergio Ronaldo. Já o presidente do Fórum das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, afirmou que a reunião ocorreu em clima tenso. "Afirmaram que vão apresentar uma proposta na próxima reunião. Eu estou pagando para ver. Considerando que já se passaram cinco meses e nada foi apresentado, acredito que seja um blefe", disse. Ele apontou que, durante o encontro, foram

mencionadas várias manifestações que estão sendo realizadas, inclusive a de servidores da Polícia Federal.

### Manifestações

As duas maiores entidades de representação da Polícia Federal (PF) realizaram novos protestos, ontem, para exigir a reestruturação salarial de policiais e servidores administrativos. Em Brasília,

integrantes da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapf) e da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) fizeram uma marcha da sede da PF até o Ministério da Justiça para pressionar o governo. Segundo a assessoria da Fenapf, houve manifestações também nos 26 estados.

No Banco Central, aproveitando a comemoração do terceiro aniversário do Pix, o



**Afirmaram que vão apresentar uma proposta na próxima reunião. Eu estou pagando para ver. Considerando que já se passaram cinco meses e nada foi apresentado, acredito que seja um blefe"**

**Rudinei Marques,**  
presidente do Fonacate

sistema de pagamentos instantâneo, o Sindicato Nacional dos Funcionários do BC (Sinal), realizou uma manifestação, com a entrega de uma carta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) reivindicando reestruturação da carreira. O sindicato não descarta a possibilidade de os funcionários entrarem em greve ainda neste mês.

No ano passado, a categoria fez greve por 90 dias, sem obter qualquer resultado junto ao governo do ex-presidente da República Jair Bolsonaro. Neste ano, a regulamentação da lei sobre bônus de produtividade dos auditores fiscais da Receita Federal, em junho, elevou a insatisfação dos funcionários do BC, que contam com apoio público o não apenas do presidente da instituição, Roberto Campos Neto, como dos demais diretores da instituição.

## TRABALHO EM FERIADOS

# Comércio reage a portaria que exige convenção

» VICTOR CORREIA

A decisão do governo de mudar as regras para trabalho em feriados gerou forte repercussão negativa no meio empresarial. Ontem, entidades do comércio dispararam notas sustentando que a medida pode aumentar o custo da mão de obra e, consequentemente, reduzir as vagas de emprego, especialmente em um dos períodos mais movimentados do comércio, o fim de ano. Na prática, a medida aumenta o poder de barganha dos sindicatos de trabalhadores — que celebraram a mudança. Em meio à reação dos lojistas, parlamentares se organizam para tentar sustentar a portaria do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Com a mudança, assinada na segunda-feira, as jornadas de trabalho em feriados só podem ser autorizadas por convenção coletiva entre as empresas e os sindicatos. Antes dela, por uma decisão do governo Bolsonaro, de 2021, bastava acordo entre empregado e empregador.

A Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), principal representante do varejo, declarou que a medida do governo é burocrática e um retrocesso em relação às mudanças na legislação trabalhista nos últimos anos, que beneficiaram as empresas. "A decisão do Ministério do Trabalho vai reduzir a atividade econômica do país e impactar negativamente no mercado de trabalho. O setor de comércio nem sequer foi consultado pelo MTE sobre os efeitos da portaria, que, certamente, vão prejudicar milhares de empresas e pessoas", registrou a entidade.

O presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas do Distrito Federal (CDL-DF), Wagner Silveira, destacou o impacto que a medida pode ter nos próximos meses. "Historicamente, o período de festas de fim de ano representa uma parte substancial das vendas anuais para o setor. A medida do MTE, ao retirar a autorização permanente, cria um desafio adicional para os empresários", frisou.

Para a Confederação Nacional

do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o ministério desconsiderou que algumas atividades do comércio são essenciais e de interesse público, e a portaria causa insegurança jurídica, impactando futuras negociações. "Neste momento em que o país necessita urgentemente retomar economia, medida desse porte poderá comprometer o pleno exercício das atividades econômicas, com prejuízo para todos", diz a CNC.

Já a Associação Brasileira de Supermercados (Abbras) argumentou que os estabelecimentos terão dificuldade para abrir aos domingos e feriados, e que a decisão vai aumentar os custos de mão de obra e reduzir empregos.

### Ilegalidade

Procurado, o MTE esclareceu ao *Correio* que a medida não afeta o trabalho aos domingos, como algumas entidades e parlamentares declararam. A pasta argumentou que a medida "corrige uma ilegalidade" ao alterar uma portaria do governo passado que

Ed Alves/CB/DA.Press



Segundo lojistas, regra deve prejudicar as vendas de fim de ano

contrariava o disposto na Lei. "A Portaria 3.665/2023 apenas adequa a Portaria nº 671/2021 ao texto da Lei 10.101/2000, visto que itens da Portaria nº 671, que trata do trabalho aos feriados, alteravam o disposto na Lei. Como uma portaria não se sobrepõe à lei, o MTE apenas corrigiu

uma ilegalidade, não alterando em nada a legislação relativa ao trabalho aos domingos. Salientamos que a Lei nº 10.101 libera o trabalho aos domingos. Com relação aos feriados, será necessário autorização via convenção coletiva para que possa ocorrer", informou o ministério.

Insatisfeitos, empresários e parlamentares da oposição se mobilizam para tentar reverter a decisão. A Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE) e a Frente Parlamentar do Comércio e Serviços (FCS) preparam projetos de decreto legislativo (PDL) para revogar a portaria. Segundo o presidente da FPE, deputado Joaquim Passarinho (PL-PA), a decisão do governo é um "esforço desesperado de recompor um sindicalismo que já não corresponde ao mercado de trabalho no país, que se modernizou". Ele argumentou ainda que a portaria vai contra a reforma trabalhista, e disse que cobrará explicações do ministério.

Os senadores Ciro Nogueira (PP-PI) e Mecias de Jesus (Republicanos-RR) apresentaram, ontem, PDLs para sustar a portaria. "É inaceitável que, em vez de estabelecer iniciativas para fortalecer a economia e incentivar o emprego, o governo ceda à pressão dos sindicatos em detrimento do interesse de empresas, trabalhadores e consumidores", declarou Ciro Nogueira.